



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681343 - SP (2021/0226433-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DANILO ALVES SILVA JUNIOR
ADVOGADO : DANILO ALVES SILVA JUNIOR - SP436603
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YAQUELIN REINALDES ROJAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YAQUELIN REINALDES ROJAS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0004535-14.2021.8.26.0041).

A paciente foi condenada à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, como incurso no artigo 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/06. A progressão de regime foi indeferida, em razão do não preenchimento do requisito objetivo.

O impetrante sustenta que a paciente faz jus à retificação no cálculo da pena, nos termos do art. 112, § 3º, da Lei de Execução Penal, por ser primária, possuir dois filhos menores de 12 anos e, apesar de o crime ser hediondo ou equiparado, não ter havido violência ou grave ameaça.

Afirma que, no caso, deve ser considerado o lapso de 1/8 para o cálculo de progressão, pois a paciente não teria sido condenada como integrante de organização criminosa.

Requer, liminarmente e no mérito, seja considerado o resgate de 1/8 da pena para futura progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a progressão de regime, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 47-52):

A concessão da progressão do regime de cumprimento de pena aos sentenciados está atrelada ao adimplemento de condicionantes de natureza objetiva e subjetiva, estabelecendo o artigo 112, da Lei de Execuções Penais, que a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, quando o preso tiver cumprido predeterminadas frações da expiação punitiva.

A Lei de Execução Penal objetiva proporcionar, por intermédio da aplicação da pena, a ressocialização dos condenados, focada na prevenção da reincidência criminal, e, nessa perspectiva, oferece ao preso a oportunidade de, gradativamente, integrar ou reinserir-se socialmente, com a chamada progressão de regime, na

qual se dá “...a transferência do condenado de regime mais rigoroso a outro menos rigoroso quando demonstra condições de adaptação ao mais suave...” (in “Execução Penal”, de Julio Fabbrini Mirabete, Ed. Atlas, 13ª edição, 2017, pág. 413).

O Juízo das execuções, considerando a vedação legal à progressão diferenciada de regime prisional, indeferiu o pedido ante a hediondez do delito praticado (fls. 16/18).

Fê-lo corretamente.

Isso porque, do édito condenatório pode se extrair que “por fim, ainda em terceira fase, deixo de aplicar a diminuição de pena prevista pelo §4º, do artigo 33, da Lei de Drogas, pois fica evidente pelas circunstâncias em que realizados o encontro e a apreensão da droga, e apesar da primariedade da acusada, não se trata de prática isolada, pois depende de determinada organização e preparo, sobretudo se se considerar que se trata de transporte de droga no mínimo entre Estados, enfatizando, também a grande quantidade de cocaína apreendida, entorpecente esse de grande poder lesivo” (vide fls. 198, da respeitável sentença de fls. 194/199, nos autos do Processo nº 1508214-37.2019.8.26.0228, da 3ª Vara Criminal Central).

[...].

Como bem assentado pelo Juízo sentenciante, a apreensão de aproximadamente 2 Kg (dois quilogramas) de cocaína, na forma de dois “tijolos”, camuflados por um cobertor no interior de uma mala de viagem em poder da agravante, caracterizando o tráfico entre Estados da Federação, aliada à prova oral acusatória, evidenciam a dedicação às atividades criminosas, o que justificou o arredamento do referido redutor.

Ora, se não se pode reduzir a pena daquela que está inserida no mundo do crime, de igual maneira não se deve autorizar que, após condenada por tráfico ilícito de entorpecentes, delito equiparado a hediondo, beneficie-se de uma progressão de regime que foi elaborada para mulheres que, além de se enquadrarem nos requisitos elencados nos incisos I a IV, do § 3º, do artigo 112, da Lei nº 7.210/84, não estejam envolvidas em atividade criminosa de nenhuma espécie.

Com efeito, quando o legislador menciona organização criminosa ele não está se referindo exclusivamente ao crime previsto no artigo 1º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013 até porque, se assim o fosse, o dispositivo legal é que estaria referido na norma legal, frise-se, mas, sim, a todo tipo e qualquer de atividade criminosa praticada em conjunto, máxime se se atentar que a causa de redução de pena, descrita no § 4º do artigo 33, da Lei Antidrogas, veda sua aplicação nos casos em que o réu esteja inserido em atividade criminosa, não importando sua forma, seja em associação, em organização, ou porque o agente praticou outros delitos.

Como claramente se vê, o objetivo dos dispositivos legais em comento é o de abranger todo tipo de atividade criminosa praticada em comparsaria, evitando, assim, que mulheres integrantes de organização criminosa ou em associação criminosa sejam beneficiadas com fração menor de cumprimento da pena, vez que a identidade de desígnios demonstra que o delito se aperfeiçoa de maneira mais ofensiva, se comparada com o crime que é praticado por um único agente ou mesmo de maneira

eventual, a ensejar maior rigor no atendimento do requisito objetivo necessário à progressão de regime.

[...].

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto defensivamente, mantendo, assim, a respeitável decisão agravada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência